

O dilema presentista

The presentist dilemma

Matheus Diesel Werberich

Graduação em andamento em Filosofia. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria, Rio Grande do Sul – Brasil.

Resumo: no presente artigo, pretende-se mostrar a incapacidade do presentismo de responder de maneira satisfatória à objeção dos veritadores. Para tanto, foram analisadas duas categorias principais de respostas presentistas: a primeira afirma que os veritadores não conseguem compor uma objeção ao presentismo, enquanto que a segunda busca basear as verdades sobre o passado postulando novas categorias ontológicas, as quais foram rejeitadas principalmente por usarem ontologias *ad hoc*. Além dessas, demonstro como o presentista deve adotar o antirrealismo sobre o passado caso queira manter uma ontologia simples. Tendo isso em mente, concluo que o presentismo não consegue oferecer veritadores satisfatórios para as verdades passadas.

Palavras-chave: metafísica do tempo; veritadores; presentismo; antirrealismo.

Abstract: the aim of the present paper is to show that presentism cannot answer the truthmaker objection in a satisfactory manner. For such, two main categories of presentist solutions were studied: the first kind states that truthmakers can't provide any objection to presentism, while the second type tries to ground past truths by postulating new ontological categories, which were rejected, mainly because of their use of *ad hoc* ontologies. Also, I showed how the presentist should adopt antirealism about the past in case she wants to maintain a simple ontology. Being that said, I conclude that presentism cannot offer satisfactory truthmakers to past truths.

Keywords: metaphysics of time; truthmakers; presentism; antirealism.

1. Introdução

De maneira geral, um *truthmaker* (“veritador”, em português) é definido como um objeto, ou objetos, que necessita a verdade de alguma proposição. Ou seja, uma proposição é verdadeira ou falsa em virtude da existência do objeto ao qual ela referencia. Os veritadores são de especial interesse para a metafísica, pois é com eles que podemos “excluir ontologias duvidosas que tomam como básicas verdades não fundadas [na realidade]” (SIDER, 2001, p. 36). Apesar de essa noção ser útil para a construção de ontologias, ela nos traz vários problemas com as proposições que não parecem referenciar diretamente a objetos no mundo, como as que se referem a possibilidades ou aos fatos negativos. Entre os problemas dos veritadores, aquele



que é de interesse para o atual artigo é das verdades sobre o passado em uma teoria do tempo que apenas admite a existência de objetos presentes, o presentismo.

Sem levar em conta as objeções de trivialidade lógica ao presentismo (cf. SAKON, 2015), ele pode ser definido como a teoria sobre o tempo segundo a qual apenas o tempo presente existe. Desse modo, no modelo presentista, o tempo seria um fluxo de vários instantes, nos quais o que existe é determinado pela simultaneidade com o instante presente. Essa concepção está de acordo com a nossa experiência cotidiana da passagem do tempo, razão pela qual muitos(as) filósofos(as) ainda defendem o presentismo. A principal teoria rival ao presentismo se chama eternalismo, no qual o tempo é estático, e não há uma relação de simultaneidade absoluta. No eternalismo, o passado, presente e futuro existem igualmente, de tal forma que eles não são categorias absolutas, mas apenas diferentes pontos de vista: o “presente” é como o “aqui” no espaço, ou seja, diz respeito apenas à posição do sujeito em relação a outros objetos, não sendo dessa forma absoluto ou objetivo.

O presentismo tem perdido muita credibilidade no atual contexto metafísico por conta de vários problemas: a sua aparente incompatibilidade com a teoria da relatividade (SAUNDERS, 2002), a dificuldade em explicar a causalidade entre entes temporalmente distantes e a objeção dos veritadores. Essa última, que é o tema central do presente artigo, caracteriza-se pela seguinte questão: se todas as verdades necessitam de um objeto no mundo que a necessite, e se o passado não existe, qual seriam os objetos que tornam as proposições sobre o passado verdadeiras?

No presente artigo, analisarei quatro respostas diferentes ao problema dos veritadores, as quais podem ser organizadas em duas categorias diferentes: (1) aquelas que tentam basear as verdades sobre o passado em novas categorias ontológicas, como fazem Bigelow (1996) e Crisp (2007); (2) aquelas que afirmam que os veritadores não constituem uma ameaça real ao presentismo, em especial as teorias de Merricks (2007) e Tallant (2009). Por fim, apontarei para a possibilidade de basear as verdades sobre o passado em entes que tiveram uma relação causal com ele, o que nos leva forçosamente ao antirrealismo sobre o passado, conforme este é exposto por Dummett (1978).

2. Como basear o passado no presente

2.1 As propriedades lucrecianas de Bigelow

Além do problema dos veritadores, Bigelow (1996) também se preocupa com a metafísica das relações no presentismo. Esse problema pode ser formulado da seguinte maneira: para cada relação, devem-se existir pelo menos dois objetos que a compõem; certas relações ocorrem entre objetos do passado e do presente; logo, alguns objetos existem no passado. Intuitivamente, a primeira premissa é bastante suspeita: não é óbvio que todas as relações devem envolver dois ou mais entes existentes. De fato, as relações de amor e ódio são intencionais, ou seja, são estados mentais dirigidos a um objeto e não implicam necessariamente a existência dele (BIGELOW, 1996, p. 38). Por exemplo, pode-se amar um personagem de um livro, o que não implica que esse exista. Entretanto, mesmo que nem todas as relações impliquem a existência de ambas suas partes, há aquelas que o fazem. Consideremos o caso da causalidade: é possível que haja uma relação causal entre duas coisas que não existem, como o caso de que Iago enganou Otelo (BIGELOW, 1996, p. 39), assim como entre duas coisas que existem, tal como o fato de uma bola de bilhar, ao se chocar com outra, causa o movimento dessa. Dessa forma, é possível que algo inexistente seja a causa de algo existente, ou vice-versa? Claramente não. Conclui-se disso que a causalidade

é uma relação simétrica de existência, ou seja, se existe a relação de causa e efeito entre duas coisas, ambas necessariamente devem existir.

Desse modo, uma objeção mais forte ao presentismo pode ser formulada: a causalidade é uma relação simétrica de existência; alguns efeitos no presente têm como causa certos objetos no passado; logo, alguns objetos existem no passado. Isso é uma objeção séria ao presentismo, contra a qual os presentistas devem argumentar. Filósofos do período helenístico, já cientes do argumento da causalidade, tentaram achar uma resposta com base na matéria presente e nas suas propriedades. Dentre eles se encontra Lucrécio, que argumenta que a causalidade se dá entre coisas presentes e as propriedades sobre o passado. Esse argumento é explicitado mais claramente por Bigelow:

Tudo que é presente são a matéria, o vácuo e propriedades e acidentes desses; e entre essas propriedades e acidentes se encontram aqueles que são expressos na linguagem usando o tempo passado ou futuro. Contudo, nós não precisamos supor a existência de qualquer coisa passada ou futura, mas apenas a posse de propriedades e acidentes expressos usando o tempo passado ou futuro. (BIGELOW, 1996, p. 46, tradução própria).

Bigelow se utiliza dessas propriedades lucrecianas para resolver o problema da causalidade e dos veritadores sobre o passado. Segundo ele, a causalidade é uma relação entre as propriedades que atualmente estão instanciadas pelo mundo, não por objetos que existem em tempos diferentes. A mesma resposta serve para as verdades do passado: os seus veritadores não podem ser os objetos passados, isso iria de encontro com o presentismo, mas são as propriedades atuais do mundo que se referem ao passado. Desse modo, o veritador para “Troia foi conquistada pelos gregos” não é o objeto passado da cidade de Troia, mas a propriedade atual do mundo de “ser tal que Troia foi conquistada pelos gregos no passado”.

Todavia, outro problema surge quando consideramos as propriedades lucrecianas: como podemos explicar essas propriedades que se referem ao passado? Como elas são constituídas? Em “Presentism and speaking of the dead” (2012), Bigelow e McKinnon afirmam que as propriedades lucrecianas podem ser divididas em duas partes: a propriedade em si e uma ligação de instanciação flexionada no passado. Desse modo, podemos entender a propriedade de “ter sido uma mãe” como sendo uma junção de “ser uma mãe” e a ligação de instanciação “ter sido”. Contudo, não é exatamente claro o que Bigelow e McKinnon entendem por “ligação de instanciação”. Como podemos analisar esse conceito? Os autores respondem que isso não é possível:

O que é possuir a propriedade de “ser mãe” no passado? A melhor solução presentista é dizer que é ter a propriedade de ter sido uma mãe. Mas isso leva o presentista a um círculo pequeno, e nenhuma análise foi dada para explicar o que é ter uma propriedade direcionada ao passado. Se a teoria de instanciação flexionada pode proporcionar uma alternativa genuína, então a ligação de instanciação flexionada deve ser tomada como primitiva (BIGELOW e MCKINNON, 2012, p. 257, tradução própria).

Mesmo que aceitemos que as ligações de instanciação sejam primitivas, as propriedades lucrecianas têm outro problema mais fundamental: elas são irredutivelmente hipotéticas. Sider, em *Four-dimensionalism* (2001), argumenta que as propriedades a que Bigelow se refere têm muito em comum com as ontologias duvidosas que a teoria dos veritadores tem como objetivo excluir. Sider distingue entre dois tipos de propriedades: as hipotéticas e as categóricas. As propriedades categóricas são aquelas nos dizem algo sobre como o objeto é de fato, enquanto que as hipotéticas “apontam para além de suas instâncias” (SIDER, 2001, p. 41, tradução própria), ou seja, não informam acerca do objeto em si, de tal forma que o seu uso é considerado “trapaça”. Cameron, em “Truth-making for presentists” (2010), complementa a crítica de Sider argumentando que as propriedades devem nos dizer algo sobre a natureza intrínseca de um objeto em um dado tempo, algo que as propriedades lucrecianas



não fazem. Além disso, essas propriedades não servem a outra função na ontologia de Bigelow a não ser a de resolver os problemas inerentes ao presentismo, de tal modo que o seu uso pode ser considerado como *ad hoc*.

Uma resposta possível que Bigelow poderia dar a essa objeção é fazer o caso que as propriedades lucrecianas podem descrever como são agora os objetos que as possuem. Pode-se argumentar a favor de propriedades com duas partes temporais distintas, nas quais a parte passada é conhecida por nós no presente através da parte presente. Por exemplo, a propriedade “ser tal que Troia foi conquistada pelos gregos no passado” poderia tanto se referir ao fato passado quanto ao fato atual de Troia hoje estar em ruínas. Entretanto, seria muito custoso para um presentista explicar como uma mesma propriedade pode se referir tanto ao presente, quanto ao passado – ela poderia ser mais bem explicada com o eternalismo, uma vez que nessa teoria tanto objetos presentes quanto os passados existem.

Outra saída seria argumentar a favor de uma espécie de relação entre a propriedade passada e a presente. Essa relação pode ser causal, por exemplo, a propriedade passada de “ter sido ferido” é a causa da propriedade atual de “ter uma cicatriz”. Mas aqui há dois problemas: como explicar a causalidade no presentismo e ainda argumentar a favor de que é possível que duas propriedades tenham uma relação causal entre si. Desse modo, não me parece que um lucrecianista consegue escapar tão fácil da objeção de Sider.

2.2 A série abstrata do tipo B

Como foi exposto na seção anterior, o problema de Sider com as propriedades lucrecianas é que elas são irredutivelmente hipotéticas, o que faz com que seu uso seja considerado como uma trapaça ontológica. Crisp, em “Presentism and the grounding objection” (2007), argumenta contra as críticas de Sider ao lucrecianismo. Ele primeiro aponta para o fato de que Sider não dá uma definição clara a respeito das propriedades hipotéticas. Com isso, ele defende que elas podem ser definidas da seguinte maneira: X é uma propriedade hipotética se, e somente se, $X=[H(G)]$, em que H é definido como “ser passado”, e G , como qualquer outra propriedade. Crisp duvida que as propriedades hipotéticas, entendidas dessa forma, podem mesmo ser suficientes para caracterizarem uma ontologia como duvidosa, uma vez que elas são apenas propriedades de proposições:

Dizer que x é possivelmente F é apenas dizer que a proposição que x é F tem a propriedade de *ser possível*; dizer que x é anteriormente F é apenas dizer que a proposição que x é F tem a propriedade de *ser passado*. E o que há para reclamar de propriedades como *ser possível* e *ser passado*? [...] Dizer que *ser possivelmente redondo* é idêntico com *ser um x tal que a proposição que x é redondo é possível* é dar uma análise redutiva de *ser possivelmente redondo* em termos de propriedades categóricas [...] (CRISP, 2007, p.96, tradução própria).

Todavia, é duvidoso que tais propriedades possíveis existam e possam ser instanciadas tais como propriedades comuns. Além disso, Crisp não consegue oferecer nenhuma maneira clara de reduzir propriedades a proposições, o que é um ponto central do seu argumento. Há ainda outro problema: podem ser as propriedades lucrecianas fundamentais? Crisp admite que não, mas argumenta que elas podem ser fundamentadas em uma série B de tempos abstratos: a *ersatz b-series*.

Um tempo abstrato, ratifica Crisp, é uma proposição, assim como são os chamados “mundos possíveis”. Isso significa que podemos reduzir tempos *ersatz* a uma proposição verdadeira. Segundo ele, todos os tempos são abstratos, inclusive o tempo atual, que se destaca dos outros por ter a propriedade de ser atualmente verdadeiro. O tempo atual, o presente, marca o ponto de vista segundo o qual se pode dizer que os tempos são “passados” ou “futuros” – por isso é correto dizer que eles estão organizados

em uma série do tipo-B. Contudo, nem todos os tempos abstratos estão nessa série: apenas os que têm, ou tiveram, a propriedade de “ser verdadeiro”; os outros não se encontram em série nenhuma. Desse modo, Crisp argumenta que a propriedade de “ser passado” pode ser explicada da seguinte forma: ela se refere a um tempo abstrato anterior ao tempo atual, tal que aquele tempo *foi* verdadeiro (CRISP, 2007, p. 104-105). Além disso, esses tempos abstratos servem também como veritadores para as verdades sobre o passado: “existiram dinossauros” é verdadeiro porque existe um tempo abstrato que foi verdadeiro no qual existem dinossauros.

Contudo, basear as verdades sobre o passado em tempos abstratos gera uma petição de princípio. Comparemos as verdades sobre o presente e as sobre o passado: suponhamos que “o céu está ensolarado” é verdadeiro. Segundo o princípio dos veritadores, aquela frase é verdadeira em virtude de o céu existir e ter a propriedade de “estar ensolarado”. Agora, consideremos que “o céu estava ensolarado” é verdadeiro. Seguindo Crisp, isso é verdadeiro porque num tempo abstrato passado é verdadeiro que o dia estava ensolarado. Mas, considerando que tempos abstratos são proposições (CRISP, 2007, p. 99), a frase “o céu estava ensolarado” é verdadeira em virtude de existir uma proposição em uma série B de tempos abstratos que afirma a mesma coisa. Logo, a frase “o céu estava ensolarado” é verdadeira porque existe uma proposição que diz que “o céu estava ensolarado”, o que caracteriza uma petição de princípio.

Por conseguinte, uma das formas mais utilizadas de resolver a objeção dos veritadores ao presentismo é utilizando categorias *sui generis* e *proxys* que pretendem substituir os objetos passados no papel de veritadores. Essas tentativas sofrem do que Sider (2001) chama de “trapaça ontológica”, uma vez que são recursos *ad hoc* criados para resolver o problema dos veritadores.

Todavia, há uma alternativa para salvar o presentismo: argumentar que os veritadores são insuficientes para formar uma objeção.

3. A insuficiência dos veritadores

3.1 *Truth and Ontology* de Merricks

No capítulo 6 de *Truth and Ontology* (2007), Merricks aponta para uma solução ao problema dos veritadores ao presentismo. Segundo a teoria dos veritadores, as verdades são *sobre* o que elas afirmam. Por exemplo, a verdade que *o dia está ensolarado* é sobre o dia em questão. Se o presentismo for verdadeiro, então as verdades sobre o passado e o futuro não podem ser *sobre* esses tempos, o que infringe o princípio central dos veritadores. Logo, é impossível reconciliar essas duas teorias. As tentativas de Bigelow e Crisp em basear as verdades passadas em coisas presentes apenas mostram esse ponto. Desse modo, há duas posições diferentes que podem ser adotadas: (1) rejeita-se o presentismo para manter os veritadores ou (2) rejeitam-se os veritadores para manter o presentismo. Se quisermos seguir o caminho (1), argumenta Merricks, então teríamos que adotar o eternalismo, uma vez que ele rejeita a teoria do bloco crescente (cf. MERRICKS, 2006). Contudo, supondo que o eternalismo exige que haja partes temporais, não poderíamos, segundo Merricks, saber se existíamos no passado, pois não teríamos como saber se somos a nossa atual parte temporal, que existe somente em um determinado espaço de tempo, ou nossa totalidade temporal:

Suponha que você tenha partes temporais. Então, presumidamente, você tem uma parte temporal que existe de 2005 a 2010. Esse ‘segmento’ de 2005 a 2010 tem muitas das propriedades que você tem nesse período de cinco anos. [...] Suponha que você pense ‘eu existi no ano 2000’. O seu segmento também pensa isso. O seu pensamento é verdadeiro, o do seu segmento, falso. Infelizmente, você não consegue dizer se você é a pessoa que



existiu por décadas, ou o segmento, que existiu apenas desde 2005 (MERRICKS, 2007, p. 141, tradução própria).

Merricks então conclui que, se o eternalismo for verdadeiro, não temos como saber se somos uma parte temporal específica ou uma totalidade temporal. Portanto, se a alternativa (2) nos leva até essa conclusão, devemos adotar a alternativa (1), resolvendo assim a objeção dos veritadores ao presentismo.

Contudo, a objeção de Merricks ao eternalismo não me parece convincente. O problema com esse argumento é que ele ignora a continuidade que há entre partes temporais distintas. O segmento não surge simplesmente em 2005, como Merricks parece supor, mas tem uma continuidade com o momento em que eu nasci. Essa parte de cinco anos foi apenas convencionalizada e não pode existir sem que tivessem existido outras partes temporais anteriores. Logo, é perfeitamente possível que, no segmento de 2005 a 2010, eu saiba que existi no ano 2000. Além disso, o argumento de Merricks é contra apenas uma forma de eternalismo, o quadridimensionalismo, que admite que objetos tenham partes temporais. Se adotarmos a forma sua contrária, o tridimensionalismo, perdemos a razão de apoiar o presentismo em virtude do problema com as partes temporais.

Por conseguinte, Merricks tenta argumentar que os veritadores não conseguem constituir uma objeção ao presentismo porque os primeiros devem ser rejeitados a favor do último. Ele baseia essa conclusão em uma objeção ao eternalismo, que sofre de alguns problemas relacionados à maneira como partes temporais se relacionam com outras. Logo, ele não consegue sustentar que os veritadores não constituem um problema ao presentismo. Contudo, essa conclusão também é sustentada por Jonathan Tallant em "Presentism and truth-making" (2009).

3.2 "Presentism and truth-making" de Tallant

Em "Presentism and truth-making", Tallant busca dissolver o problema dos veritadores ao explorar duas visões acerca deles, o maximalismo e a sua contraditória, e argumenta que nenhuma delas consegue oferecer uma ameaça ao presentismo. O maximalismo é a visão de que todas as verdades têm um veritador. Um dos problemas que tal visão acarreta é o de explicar as verdades existenciais negativas: qual seriam os veritadores para verdades como "não existem elfos"? Uma possível resposta para isso seria admitir a existência de fatos negativos no mundo, assim como admitimos a de fatos positivos. Apesar de tal resposta ser muito suspeita, ela parece ser o único caminho possível que temos para salvar o maximalismo. Portanto, um maximalista teria que admitir a existência dos fatos negativos a fim de manter sua proposição inicial. Entretanto, tal estratégia também pode ser usada por um presentista para explicar as verdades sobre o passado: admitir a existência de fatos temporais infundados (*ungrounded tensed facts*) que funcionariam tal como os fatos negativos do maximalismo. Desse modo, um maximalista não conseguiria formular uma objeção consistente ao presentismo, pois, uma vez aceitos os fatos negativos não há razão para rejeitar os fatos temporais.

Uma possível objeção a essa estratégia é argumentar a favor da legitimidade dos fatos negativos, mas não dos fatos temporais. Sider (2001) tem um critério para determinar quais propriedades podem ser consideradas como "trapaça": se elas são hipotéticas, ou seja, se elas apontam para além de suas instâncias. Ele argumenta que as ontologias devem apenas fazer uso de propriedades categóricas, as que realmente nos mostram algo de seus objetos. Aplicando-se essa distinção aos fatos, pode-se argumentar de que os fatos negativos sejam categóricos, enquanto que os fatos temporais seriam hipotéticos, o que salvaria a objeção do maximalismo ao

presentismo. Todavia, os fatos negativos devem também ser hipotéticos da mesma maneira que os fatos temporais:

Se fatos categóricos são aqueles que fazem uma diferença ao modo como o mundo é, então fatos negativos não podem ser fatos categóricos. Se fatos negativos são hipotéticos então o maximalista já está comprometido com fatos hipotéticos. Fatos temporais infundados seriam perfeitamente respeitáveis para o maximalista (TALLANT, 2009, p. 410-411, tradução própria).

Tallant conclui então que, não importando como nós classificamos os fatos negativos e temporais, o maximalismo não consegue defender os fatos negativos e desconsiderar os temporais de uma maneira que não seja arbitrária. Contudo, supondo que Tallant tenha razão nesse ponto, parece-me que isso prova apenas que devemos rejeitar o maximalismo, pois qualquer ontologia que se utilizasse desses fatos não fundamentados seria realmente muito suspeita. Estabelecido isso, o presentista tem agora duas tarefas: considerar alternativas ao maximalismo e basear as verdades sobre o passado no presente, alternativa que será analisada na seção 4.

Uma alternativa para o maximalismo é a sua contraditória, a visão de que nem todas as verdades necessitam de veritadores, o que abre o caminho para o presentista argumentar que as verdades sobre o passado também não os necessitam. Contudo, devemos primeiro argumentar se tal restrição ao maximalismo pode ser válida. Dood (2007) defende o maximalismo argumentando que qualquer restrição a ele viola a nossa intuição fundamental que o valor de verdade de uma proposição depende de como o mundo é. Para Dood, uma teoria dos veritadores deve explicar essa intuição, o que apenas pode ser feito com o maximalismo. Entretanto, Tallant propõe que vejamos essa intuição como uma hipótese, a qual, uma vez testada, funciona em casos como os existenciais positivos, mas não com os negativos (TALLANT, 2009, p. 414). Tendo em mente isso, um presentista pode olhar para o mundo e ver que não há algo que não seja o presente, de tal forma que não pode haver veritadores sobre o passado. Desse modo, ele pode argumentar que as verdades sobre o passado são do tipo que não necessitam de veritadores. Mesmo assim, o presentista ainda deve explicar como nós possuímos a intuição de que as verdades sobre o passado precisam de veritadores. Tallant propõe a seguinte explicação:

Logo o presentista, que está tentando explicar o atrativo da generalização falha, precisa simplesmente argumentar que nós somos inclinados a pensar que a atual fala flexionada no passado sobre 1995 precisa de veritadores porque a fala flexionada no presente sobre 1995 *precisou* de veritadores. [...] Então, nós temos uma *explicação* do atrativo intuitivo dos veritadores nos casos de verdades sobre o passado (TALLANT, 2009, p. 415, tradução própria).

Nesse caso, o presentista ainda deve outra explicação: como, com o passar do tempo, as verdades podem mudar a sua necessidade de veritadores? Por exemplo, consideremos a verdade “eu estou escrevendo este artigo agora”. O que necessita a verdade dessa proposição é a minha atual propriedade de “estar escrevendo este artigo”. Agora, vamos dar um salto temporal para o futuro, quando esse artigo foi publicado. Nesse tempo, a proposição “eu estava escrevendo este artigo” se tornou verdadeira, mas com base em que? A proposição passada e a atual afirmam sobre algo sobre mim, mas, segundo Tallant, a passada não tem veritadores. Em um tempo, a proposição precisa de um veritador para ser verdadeira; no outro, o veritador não é mais necessário. Explicar essa mudança na natureza da proposição é uma tarefa muito árdua para o presentista. Além disso, uma verdade sobre o passado é contingente, ou seja, sua verdade não é evidente por si mesma, e a sua contraditória é possível, de tal modo que precisamos averiguar o seu valor de verdade com base no mundo. Afirmar que as verdades passadas não possuem veritadores contradiria a natureza contingente da proposição e abriria a possibilidade de elas serem evidentes por si mesmas, o que claramente não é o caso.



Contudo, ainda há uma alternativa que foi pouco tratada na literatura sobre esse assunto: é verdade que “eu estava escrevendo este artigo” por causa da própria existência atual deste artigo. Essa alternativa será mais detalhadamente analisada na seção seguinte.

4. Veritação, causalidade e o antirrealismo

4.1 Como conhecemos o passado?

Qualquer que seja o modelo do tempo que desejamos adotar, nós temos que admitir que o passado nos é inacessível diretamente. Tudo do que temos experiência se encontra apenas no presente: sendo assim, como conhecemos o passado? Pode-se dizer que a memória episódica é uma fonte de conhecimento sobre o passado, mas ela somente o é de um passado com o qual o sujeito teve uma experiência direta. Como conhecemos o passado distante? Por exemplo, como sabemos que existiram dinossauros? Nesse caso, é bastante intuitivo dizer que a justificação do nosso conhecimento de que “existiram dinossauros” são os fósseis atuais deles. Se formos eternalistas, diremos que são os próprios dinossauros que necessitam a verdade daquela proposição. Contudo, no presentismo não podemos dizer são os próprios dinossauros os veritadores de “existiram dinossauros”, mas pode-se argumentar que os fósseis cumprem esse papel, uma vez que eles possuíam uma relação causal com os dinossauros no passado.

Portanto, há uma maneira de basear as verdades do passado no presente sem fazer uso de propriedades lucrecianas ou de tempos abstratos. Os veritadores para o passado podem ser os entes presentes que têm uma relação causal com o passado, que pode ser reconstruída por nós no presente. Entretanto, essa resposta nos traz o problema de explicar a causalidade no presentismo, o que se encontra fora do escopo do presente artigo. Além disso, essa proposta corre o risco de ser circular: precisamos da causalidade para fundamentar o passado, sendo que para conhecer as relações causais precisamos de um passado certo. Uma maneira possível de evitar isso é adotar um antirrealismo sobre as proposições do passado, exposto principalmente por Dummett (1978).

4.2 O antirrealismo e o passado possível

Dummett identifica duas posições conflitantes no que se concerne a proposições sobre o passado: a realista e a antirrealista. A primeira é caracterizada pela defesa de que reconhecemos o sentido das proposições passadas quando temos consciência do que é necessário que haja no mundo para que elas sejam verdadeiras. No caso das verdades sobre o passado, elas apenas seriam verdadeiras se o objeto a que elas referem existisse. Por outro lado, o antirrealismo afirma que as proposições flexionadas no passado são verdadeiras somente se o que atualmente é o caso justifica a sua asserção. Logo, para o antirrealista dummettiano não há apenas uma versão do passado, mas várias possíveis:

[...] são verdadeiras sobre o passado apenas as afirmações cuja asserção seria justificada à luz do que agora é o caso. Para ele [o antirrealista] isso significa que não há *uma* história passada do mundo: todas as histórias passadas compatíveis com o que é o caso agora ficam em pé de igualdade (DUMMETT, 1978, p. 367, tradução própria).

Desse modo, pode-se evitar a circularidade admitindo que os objetos presentes sejam veritadores apenas de proposições possíveis sobre o passado. Assim, nós sabemos quais são os objetos que têm uma conexão causal com o passado, mas não poderíamos dizer com certeza qual é o objeto que cumpriria a função de ser causa nessa relação. Ou seja, dado que os objetos presentes são compatíveis com várias versões possíveis do passado, eles são os veritadores de várias proposições sobre o passado. Nesse caso, não seria possível dizermos que uma proposição sobre o passado tem um valor de verdade definido, uma vez que o atual estado de coisas é compatível com outras diferentes proposições.

Por exemplo, imagine alguém que tem certa marca no corpo. Com base em apenas isso, é possível formar duas proposições incompatíveis: (1) a marca é uma cicatriz causada por um ferimento no passado; e (2) a marca é apenas uma marca de nascença. Seguindo a proposta atual, as duas proposições, embora incompatíveis, têm o mesmo veritador. Desse modo, a opção antirrealista nos leva a duas conclusões contrárias ao senso comum: (1) não há fatos consolidados sobre o passado e, por conseguinte, (2) não é possível que haja conhecimento sobre o passado.

Portanto, caso o presentista queira fundamentar as verdades sobre o passado sem postular novas entidades ontológicas, ele precisaria adotar o antirrealismo sobre proposições do passado. Com isso, o presentista seria forçado a concluir que não é possível termos conhecimento sobre o passado. Assim, ele teria de afirmar algo completamente fora do senso comum para manter a nossa intuição sobre o funcionamento do tempo, o que faria com que ele perdesse a motivação inicial de argumentar pelo presentismo, que seria o respeito ao senso comum. Por outro lado, aqueles que desejam manter o presentismo e o realismo sobre o passado têm de usar novas categorias ontológicas para substituir os objetos passados, o que, como vimos acima, não parece que pode ser feito sem ser acusado de “trapaça ontológica”¹. Por conseguinte, o presentista se encontra em uma posição bastante desconfortável: de um lado, ele tem que usar ontologias duvidosas para manter o realismo sobre o passado; de outro, ele é obrigado a adotar o antirrealismo para manter uma ontologia simples.

5. Considerações finais

De acordo com o presentismo, apenas o tempo presente existe. Mas se isso for verdadeiro, qual seriam os veritadores para as verdades sobre o passado? No presente artigo, quatro respostas a esse problema foram analisadas e rejeitadas: as propriedades lucrecianas de Bigelow, os tempos abstratos de Crisp, a rejeição dos veritadores de Merricks e a insuficiência dos veritadores para formar o problema, defendida por Tallant. Visto que a objeção dos veritadores é real, e que dificilmente podemos respondê-la com novas propriedades ou tempos abstratos sem incorrer em ontologias *ad hoc*, há ainda a opção de considerar certos objetos presentes como sendo os veritadores de verdades sobre o passado. O problema com essa proposta é que ela é circular do ponto de vista epistemológico: precisamos estabelecer uma cadeia causal com o passado para sabermos algo sobre ele. Uma possível saída para esse problema seria adotar o antirrealismo sobre o passado, exposto por Dummett (1978), o que deixaria o presentista na posição desconfortável de ter que dizer que as proposições sobre o passado são apenas possíveis, o que permitiria que houvesse

¹ Existe ainda a possibilidade de se utilizar um presentismo com uma ontologia simples em conjunto com as normas de explicação histórica, descritas por Carl Hempel em *The Function of General Laws in History* (1942). Como essa possibilidade ainda não foi propriamente explorada na literatura sobre o presentismo, não é cabível analisá-la em um artigo de revisão. Agradeço ao parecerista da *Em Curso* por ter feito essa consideração.



duas proposições incompatíveis sobre o passado, mas igualmente possíveis em virtude de sua compatibilidade com o presente.

Por conseguinte, o presentista não consegue resolver a objeção dos veritadores de maneira satisfatória. Se ele quiser manter uma ontologia simples, terá que adotar o antirrealismo; se quiser manter o realismo sobre o passado, a sua ontologia perderá credibilidade. A não ser que haja argumentos muito convincentes para uma dessas alternativas, temos que abandonar o presentismo.

Correspondência: Matheus Diesel Werberich. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Av. Romaima, 1000 – Prédio 74-A, sala 2311. Bairro Camobi. Santa Maria – RS – BR. CEP: 97105-900. E-mail: matheusdiesel01@gmail.com.

Apoio financeiro: Bolsa de iniciação científica FIPE, Universidade Federal de Santa Maria.

Conflito de interesses: Nenhum.

Todos os autores leram e aprovam a versão final submetida à revista Em curso.

Bibliografia

- BIGELOW, J. "Presentism and properties". *Philosophical perspectives*, vol. 10, p. 35-52, 1996.
- BIGELOW, J; MCKINNON, N. "Presentism, and speaking of the dead". *Philosophical Studies*, vol. 160, p. 253-263, 2012.
- CAMERON, R. "Truthmaking for presentists". *Oxford Studies in Metaphysics*, vol. 10, 2010.
- CRISP, T. "Presentism and the grounding objection". *Nous*, vol. 41, n. 1, p. 90-109, 2007.
- DOOD, J. "Negative truths and truthmaker principles". *Synthese*, vol. 156, n. 2, p. 383-401, 2007.
- DUMMETT, M. "The Reality of the Past". In: _____. *Truth and other enigmas* (Org.). Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1978, p. 358-374.
- HEMPEL, C. "The Function of General Laws in History". *The Journal of Philosophy*, vol. 39, n. 2, p. 35-48, 1942.
- MERRICKS, T. *Truth and ontology*. New York: Oxford University Press, 2007.
- MERRICKS, T. "Good-Bye Growing Block". *Oxford Studies in Metaphysics*, vol. 2, 2006.
- SAKON, T. "Presentism and the Triviality Objection". *Philosophia*, vol. 43, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s11406-015-9648-9>>. Acessado em 15 de jun. de 2018.
- SAUNDERS, S. "How Relativity Contradicts Presentism". *Royal Institute of Philosophy Supplement*, vol. 50, 2002.
- SIDER, T. *Four-dimensionalism: an ontology of persistence and time*. New York: Oxford University Press, 2001.

Recebido em: 18/Mai/2019 - **Aceito em:** 13/Jan/2020.